

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO E DE INTIMAÇÃO Nº 003/2021 COM PRAZO DE 30 DIAS

Fórum: Juiz Abdias dos Santos Arruda, Rua Marcos Rodrigues de Souza, 282-360, Centro, Óbidos PA, CEP: 68.250-000. Fone: (93) 3547.1319
Lei nº 6.830/1980

O Doutor CLEMILTON SALOMÃO DE OLIVEIRA, MMº Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Óbidos, Estado do Pará, no uso das atribuições que lhe confere a lei, FAZ SABER, aos que o presente Edital virem ou dele notícia tiverem, que será levado a leilão na modalidade LEILÃO ELETRÔNICO, com acatamento de lances por meio da rede mundial de computadores através do sítio eletrônico WWW.DESEJUALANCE.COM, a quem mais der e melhor lance oferecer, os bens abaixo mencionados, na forma seguinte:

PERÍODO DO LEILÃO: de 10.setembro.2021 às 10hs30min a 15.setembro.2021 às 10hs30min quando ocorrerá o seu encerramento automático após o derradeiro tempestivo lance eletrônico.

DO LOCAL do leilão público: o leilão eletrônico será realizado através do sítio eletrônico supra indicado mediante prévio Cadastro e Habilitação. DA VISITAÇÃO aos bens: de 2ª a sábado no horário comercial.

DO CADASTRO: os interessados em participar do leilão eletrônico deverão efetuar cadastramento prévio indispensável e gratuito, na forma determinada pelo referido sítio, enviando ao mesmo cópias dos seguintes documentos: carteira de identidade com foto, CPF ou CNPJ se o caso, comprovante recente do local da residência/sede em nome do próprio usuário cadastrado, endereço de correio eletrônico (e-mail), cópia do contrato social e da última alteração caso pessoa jurídica, e confirmar os seus respectivos lances, observadas as regras estabelecidas na legislação sobre certificação digital, responsabilizando-se o usuário, civil e criminalmente, pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento, ressalvada a competência do Juízo para decidir sobre eventuais impedimentos, sendo que os lances e dizeres inseridos na sessão on-line correrão exclusivamente por conta e risco do usuário. O cadastramento implicará na aceitação da integralidade das condições estipuladas neste edital de Leilão Público Judicial. Para garantir o bom uso do site e a integridade da transmissão de dados, o Juiz da execução poderá determinar o rastreamento do número do IP da máquina utilizada pelo usuário para oferecer seus lances.

DA PRORROGAÇÃO do leilão: nas datas designadas, se for ultrapassado o horário do expediente forense, ou sendo determinado feriado nacional, estadual, municipal, ou forense,...será transferido o leilão público para o primeiro dia útil seguinte no mesmo local e à mesma hora em que teve início, independentemente de novo edital.

DA LEGISLAÇÃO: Quem pretender arrematar, adjudicar, ou remir dito bem, deverá estar ciente de que a espécie aplicam-se os preceitos da Lei 6.830, de 22.09.1980...

REGRAS GERAIS: 1) Não alcançando ao encerrar o primeiro apregoamento eletrônico lance de valor igual ao da avaliação, seguir-se-á o segundo apregoamento no qual o bem poderá ser arrematado por quem oferecer maior lance não vil e está ora estipulado pelo Juízo como preço mínimo o valor equivalente aos seguintes percentuais do valor da avaliação: cinquenta por cento para imóveis urbanos, quarenta por cento para imóveis rurais observando-se em tudo os dispositivos legais e na forma do presente Edital; 1.a) o pagamento poderá ser realizado à vista ou parcelado sendo que nas ofertas de valor para aquisição em prestações o valor de cada parcela, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), acumulada mensalmente, calculadas a partir da data da arrematação até o mês anterior ao pagamento, e de um por cento relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado, sendo que os lances à vista sempre terão preferência...; 1.b) se o arrematante não pagar, no vencimento, qualquer das parcelas mensais, o saldo devedor remanescente vencerá antecipadamente, que será acrescido em cinquenta por cento de seu valor a título de multa e imediatamente inscrito em dívida ativa e executado...; 1.c) Nas execuções fiscais da Fazenda Nacional a arrematação dos bens imóveis dar-se-á mediante as condições estabelecidas no art. 98 da Lei Especial 8.212/91... O pagamento da arrematação, ou de sua 1ª parcela se o caso, deverá ser realizado de imediato pelo adquirente... 1.e) vale acrescentar que os pagamentos não efetuados no ato do leilão implicarão ao Adquirente faltoso as penalidades da Lei, que prevê, no caso de inadimplência, a detenção criminal e a execução judicial contra o mesmo; 2) O presente Edital será afixado no átrio deste Juízo no Quadro de Avisos, na íntegra, e publicado uma só vez, gratuitamente se o caso, como expediente judiciário, no Diário de Justiça Eletrônico edição nº 7204/2021, de 13 de agosto de 2021. 3) Os imóveis serão vendidos em caráter ad corpus, no estado documental e de conservação e regularidade em que se encontram... a dimensão do imóvel mencionada no edital, catálogos e outros veículos de comunicação são de caráter secundário sendo assim meramente enunciativas e repetitivas as referências às dimensões constantes do respectivo registro no cartório de imóveis local, isto é, o arrematante adquire o imóvel como se apresenta como um todo, independentemente de suas exatas e verdadeiras limitações fáticas, ...e nem poderá o adquirente imputar ao Leiloeiro/Juiz/Partes qualquer responsabilidade neste sentido...; 4) Nos casos de arrematação em leilão público face constituir-se em forma de aquisição originária os bens serão adquiridos livres de quaisquer ônus ou gravames eventualmente existentes anteriormente à data de aquisição conforme o art.130 do CTN...; 5) O Leiloeiro/Juiz/Partes não responde por eventual contaminação do solo ou subsolo de caráter ambiental; 6) Fica portanto ciente o eventual adquirente de que o bem será alienado no estado de conservação em que se encontrar à data do leilão público judicial e sem qualquer garantia conforme dispõe o CNJ, constituindo assim ônus exclusivo do interessado a prévia vistoria e a verificação da realidade fática das condições atuais do bem, em especial diligenciar para averiguar a existência e a dimensão de eventuais danos e/ou passivos ambientais capazes de gerar obrigações de compensação, composição, recomposição, reparação e/ou recuperação do meio-ambiente, não cabendo a essa Justiça ou ao Leiloeiro quaisquer responsabilidades quanto aos mesmos, a consertos, a reparos, etc; caberá exclusivamente ao interessado previamente à oferta da proposta/lance identificar a exata localização geográfica do imóvel, se dispõe o mesmo de regular estado de conservação geral, a situação de posse do bem, se há qualquer divergência quanto à metragem da área construída e/ou existência das benfeitorias descritas, se há necessidade de retificação da área real do imóvel, as questões pertinentes à existência e a todas as consequências sobre o imóvel ora em alienação judicial decorrentes de eventual contrato de arrendamento e/ou de passivos ambientais, e tudo o mais relacionado ao imóvel...; 7) Nos casos de arrematação em leilão público face constituir-se em forma de aquisição originária os bens serão adquiridos livres de quaisquer ônus ou gravames eventualmente existentes anteriormente à data de aquisição conforme o art.130 do CTN...; 8) Caberá à parte interessada a verificação de outros débitos incidentes sobre os imóveis que eventualmente não constem dos autos, conforme resolução CNJ. 5) Os leilões serão realizados pelo Bel. Péricles Weber de Almeida (91-9.9109.3900), Leiloeiro Público Oficial juramentado...; 8.b) O pagamento da arrematação, ou de sua 1ª parcela se o caso, será efetuado pelo arrematante ao Leiloeiro imediatamente após a assinatura do Auto pelo adquirente...; 10.b) a carta de Arrematação e o mandato de imissão na posse serão expedidos depois de transcorrido o prazo de dez dias; 11) Não serão aceitas desistências pelo adquirente ou alegações de desconhecimento das cláusulas deste Edital para se eximirem das obrigações geradas...; 11.3) Não honrado pelo Arrematante o seu lance efetuando os depósitos, o que configurará desistência ou arrependimento por parte do mesmo, ficará este obrigado a pagar ao Leiloeiro o valor da comissão... e na hipótese o Juiz impor-lhe-á multa de vinte por cento sobre o valor da avaliação, em benefício do exequente, valendo a decisão como título executivo, sujeitando-se ainda à execução, pelo exequente, do valor devido a ser formulado o pedido nos autos da execução em que se deu a arrematação; complementarmente, será encaminhada comunicação ao Ministério Público Federal para adoção das providências cabíveis; e não havendo o pagamento no prazo estabelecido será a multa inscrita como Dívida Ativa da União...; 13) Lances não registrados e/ou não conhecidos no leilão por recusa do leiloeiro, queda de conexão do sistema e/ou de internet, não garantem direitos aos licitantes, tendo em vista que a participação eletrônica está sujeita aos riscos naturais, às imprevisões, e às intempéries. Advertências Especiais: A) não se inclui no valor do lance a comissão do Leiloeiro, a qual será paga diretamente ao mesmo pelo adquirente/remetente, ao final do leilão e à vista, salvo concessão formal por escrito do Leiloeiro; ...encerrado o leilão, o lance será ato contínuo submetido ao magistrado para fins de prévia apreciação quanto à validação do resultado...; C) Caberá às partes e aos envolvidos a seguir descritos arcar com a comissão ao Leiloeiro equivalente ao percentual de cinco por cento se veículo ou imóvel urbano situado na Capital, oito por cento se imóvel rural, sementeiras... calculada sobre o valor atribuído a cada bem... quais sejam: C.1) à Executada, ou ao Terceiro interessado se o caso, nas hipóteses de remição ou formalização de acordo formalizada nos autos somente após a disponibilização desse edital de leilão no DJE-PA; C.2) ao Requerente, na remição de bem pelo executado, cônjuge, companheiro, descendente ou ascendente, assim como também na hipótese de desapropriação do bem por interesse público formalizada nos autos somente após a disponibilização desse edital de leilão no DJE-PA; C.3) ao Arrematante, ou a seu fiador se o caso... sendo nestas hipóteses imediatamente retro mencionadas a comissão calculada sobre o maior valor de lance ofertado a cada bem; D) o adquirente arcará também com as custas no importe de três por cento sobre o valor da arrematação/adjucação/alienação, até o limite de R\$ 1.365,51 estabelecido na tabela de custas/TJE-PA, e deverá o adquirente apresentar também a prova de quitação do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis/ITBI junto à Prefeitura Municipal da situação do bem; ...INTIMAÇÃO: 1) Pelo presente, ficam intimados o Executado, o(s) seu(s) sucessor(es) se o caso, o(s) corresponsável(is), e os credores regularmente averbados, Anticrético(s), Pignoratício(s) ou Fiduciário(s), o(s) Senhorio(s) Direto, o(s) Condômino(s), o(s) Usufrutuário(s), o(a) Locatário(a), os Confrontantes, os respectivos cônjuges/companheiros se o caso e se houver, na(s) pessoa(s) de seu(s) respectivo(s) representante(s) legal(is), o(s) Promitente(s) Comprador(es), o(s) Promitente(s) Vendedor(es), o(s) Enfitentea(s), o Concessionário de uso especial para fins de moradia, o Concessionário de direito real de uso, o Administrador Provisório do Espólio se o caso, o(s) sucessor(es) se o caso, o(s) Arrendatário(s), os eventuais ocupantes, o(s) coproprietário(s), a União/SPU, o Estado e o Município, no caso de alienação de bem tombado ou com desapropriação por interesse público, o executado revel, de todos os termos deste Edital, bem assim como dos termos da Penhora e da avaliação realizados nos autos, para todos os fins de direito, se porventura não forem encontrados para intimação/cientificação pessoal... Por meio do presente edital, dá-se ciência que todo aquele que tentar impedir, perturbar ou fraudar arrematação judicial, afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem, estará sujeito a penalidade prevista no art. 358 do Código Penal, sem prejuízo da reparação do dano na esfera cível. Poderá haver, a qualquer tempo, a exclusão de bens do leilão independentemente de prévia comunicação. Erratas, ônus, e/ou despesas informadas e anunciadas antes do início do apregoamento do leilão público integram o presente Edital de Leilão. E para que chegue ao conhecimento do executado e dos terceiros interessados e não possam, no futuro, alegar ignorância a respeito, será o presente Edital publicado na forma da Lei e afixado na íntegra no lugar de costume. DADO E PASSADO nesta cidade de Óbidos, Estado do Pará, em 10 de agosto de 2021. Eu, Salete Cardoso Tenório Pedrosa, Diretora de Secretaria da Vara Única da Comarca de Óbidos, digitei e o subscrevi... 01) Processo : 00003697820078140035 (Ação de Execução Fiscal) Participação: Exequente: Fazenda Nacional (no Estado do Pará) Processo Administrativo: 102 15 500 708/2006-06; CDA nº: 20 2 06 002937-30; Processo Administrativo: 102 15 500 709/2006-42; CDA nº: 20 6 06 010032-11; Processo Administrativo: 102 15 500 711/2006-11; CDA nº: 20 6 06 010034-83; Processo Administrativo: 102 15 500 710/2006-77; CDA nº: 20 7 06 001614- 06. Participação: Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado do Pará Participação: Executado: Mundial Exportadora Comercial Ltda EPP (CNPJ: 15.741.077/0001-90; Rua Siqueira Campos, 24-Altos, Centro Comercial, Óbidos-PA); Representante (Proc fls. 68): Abraham Fortunato Chocron (CPF: 311.823.482-20) Participação: Advogado do Executado (fls. 68): Antônio Edson de Oliveira Marinho Júnior, OAB/PA 7679, CPF: 339.149.902-87; e Antônio Sales Guimarães Cardoso, OAB/PA 4407 (CPF: 096.793.322- 68) DESCRIÇÃO do bem: imóvel rural denominado Sol Nascente, situado à margem esquerda do Igarapé Ubim, na Colônia do Rio Branco, município e comarca de Óbidos, Estado do Pará, aplicado na indústria pastoril e agrícola, medindo mais ou menos 600 metros de frente por 1.000 ditos de fundos, limitando-se pela frente com a referida margem do Igarapé Ubim, que são os limites do Sul; pelo lado de cima ou Oeste, com terras devolutas do Estado; pelo lado de baixo ou Leste, com terras pertencentes aos herdeiros de Lauro de Assis Bentes; e pelos fundos ou Norte, com terras devolutas do Estado. Cadastrado no INCRA sob código nº 041 050 007 730, com área de 60,0 hectares... Registrado sob a matrícula nº. 228, ficha: 228-1, livro 2-RG mais livro 2-A, folha 155 do livro 2-B, do Cartório do Registros de Imóveis da Comarca de Óbidos/PA. Localização: seg. Certidão às fls. 89/90 dos autos, o imóvel é servido por energia elétrica do Projeto Luz no Campo, do governo federal, situa-se na margem direita da não-pavimentada Estrada Óbidos-Flaxal sendo de muito fácil acesso, a uma distância de mais ou menos 18 km da cidade de Óbidos, bem na margem do Igarapé Ubim, na Colônia Rio Branco. O campo de pastagem possui área de mais ou menos 38 hectares sendo o restante da área de preservação ambiental. O imóvel eventualmente está ocupado. Fiel Depositário: o Representante Legal da executada (fls. 57). Até à data de expedição (06.julho.2021) da derradeira certidão imobiliária que há nos autos, sobre a matrícula deste imóvel constam ainda as seguintes averbações/registros: a) conforme R-5-0228, hipoteca de 1º grau em favor do Banco da Amazônia S/A, agência Óbidos-PA, referente a Cédula Rural Pignoratícia/Hipotecária FCR-ME-119-03- 0020/3 como Garantia Hipotecária por ABRAHAM FORTUNATO CHOCRON e avalista MÁRCIA REGINA BARROS HAMOY; b) conforme AV-1-228, averbação de indisponibilidade expedida nos autos do processo de Execução Fiscal nº 2000600169-2 em que é exequente Instituto Nacional de Seguro Social -INSS e executado Mundial Exportadora Ltda, Maria Ida da Silva Mouzinho, e Abraham Fortunato Chocron, conforme sentença prolatada pelo Juízo de Direito da 2ª Vara da Comarca de Óbidos na Ação Cautelar Fiscal; c) conforme R-6-0228, averbação de indisponibilidade expedida nos autos do processo de Execução Fiscal nº 2007.1.000251-6 em que é exequente Fazenda Nacional-Pará e executado Mundial Exportadora Comercial Ltda... Valor da dívida em 04.10.2016 (fls. 94): R\$ 381.994,12, a ser atualizada até a data do efetivo pagamento. Além desta penhora e registros/averbações supra discriminadas inexistem nos autos, até à presente data, outro ônus, recurso ou processo pendente sobre os bens a serem leiloados.

CLEMILTON SALOMÃO DE OLIVEIRA
Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Óbidos-PA